

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Raiane Benevides Ferreira¹
Maria de Fátima Rocha Maia²

Resumo: Diante das mudanças ocorridas no mercado de trabalho, nos últimos anos os debates relativos à economia solidária têm ganhado notoriedade mundial. Esse movimento se fortalece a partir da percepção do papel da solidariedade para com aquelas pessoas que se encontram em dificuldades de ingressar no mercado formal de trabalho. O presente estudo procura aprofundar a discussão da economia solidária. Neste contexto, a economia solidária tem como objetivo transformar o sistema econômico e social, apoiada nos pressupostos de um modelo de desenvolvimento alternativo que respeite os princípios da solidariedade. Este estudo procurou fazer uma análise teórica a respeito da economia solidária, identificando as principais políticas públicas de incentivo e desenvolvimento a esses empreendimentos. A metodologia utilizada foi a revisão da literatura sobre o tema, destacando os principais pontos sobre as políticas públicas empregadas pelo governo para estimular a economia solidária. Visto a importância da economia solidária para a geração de emprego e renda, conclui-se que o estímulo a esses empreendimentos, por meio, de ações do governo como a criação de políticas públicas é fundamental não somente para o desenvolvimento desse setor como para economia de modo geral.

Palavras-chave: Economia solidária. Políticas públicas. Empreendimentos sociais. Governo

Introdução

Desde o século XVII a economia solidária vem sendo difundida em todo o mundo. No Brasil surge em 1980 como uma forma dos trabalhadores evitarem a crise social originada pela estagnação econômica e pelo aumento do desemprego. É neste contexto que a Economia Solidária passa a ser considerada como uma alternativa para a formação de outras organizações do trabalho, que objetiva, prioritariamente, o estabelecimento de melhores condições de vida, de inclusão social e de geração de renda, buscando uma forma de servir de agente de transformação do sistema econômico e social, apoiada nos pressupostos de um modelo de desenvolvimento alternativo que respeite os princípios da solidariedade.

Assim sendo, é numa conjuntura de inclusão social, que a economia solidária passa a integrar as políticas públicas do governo. Essas políticas estão voltadas especificamente para o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários. Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo fazer uma descrição teórica sobre a economia solidária, identificando as principais políticas públicas de incentivo e fomento aos empreendimentos sociais. O artigo foi desenvolvido com base na literatura sobre o tema. Está dividido em quatro itens, essa breve introdução, a seguir discute-se os materiais e métodos utilizados, em seguida prioridade é dada para os resultados e por último as considerações finais.

Material e Métodos

¹ Bolsista de Iniciação Científica PROBIC - FAPEMIG. Acadêmica do curso de ciências econômicas pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e-mail: raianebenevides.ce@gmail.com

² Professora Doutora do departamento de ciências econômicas da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e-mail: rochamaiaster@gmail.com

O desenvolvimento desse estudo baseou-se na pesquisa bibliográfica. Foram utilizados os seguintes autores: Singer (1999), Albuquerque (2003), Coraggio (2003), Tiriba (2008), Tauile (2002) e Santana Junior (2007) citado por Pinheiros (2013), Silva (2009), entre outros, além de fóruns como o FBES.

Resultados e Discussão

Os debates relacionados com a economia solidária tem ganhado maior relevância nos últimos anos. Nesta perspectiva, é importante refletir sobre o significado da economia solidária vigente na literatura, bem como sobre o seu papel no enfrentamento das dificuldades inerentes ao acesso ao mercado de trabalho formal. Neste sentido, o presente estudo procurou aprofundar essa discussão, perante a visão de alguns autores sobre o significado do termo economia solidária. Cabe destacar que são muitos os conceitos, mas que no presente estudo apenas uma pequena discussão de conceitos convergentes foi priorizada.

Deste modo, na visão de Singer (1999), a economia solidária tem como objetivo transformar o sistema econômico e social e propor um novo modelo de desenvolvimento alternativo que respeite seus princípios.

Já na perspectiva de Coraggio (2003) in Pinheiros (2013), a economia solidária é vista como projeto político transformador, partindo da suposição da possibilidade de desenvolver uma outra economia. Na mesma perspectiva da economia solidária como um projeto de transformação social, apoiam a discussão autores como Albuquerque (2003), Tiriba (2008), Tauile (2002) e Santana Junior (2007) citado por Pinheiros (2013). Esses autores sustentam que a economia solidária vai de encontro às consequências da desregulamentação econômica e do movimento de reestruturação da produção (TIRIBA, 2008 *apud* PINHEIROS, 2013).

No que tange as políticas públicas de apoio à economia solidária, essas são muito recentes no Brasil. As políticas governamentais direcionadas especificamente para a economia solidária só começam a ser inserido na agenda do governo, no início da década de 1990, durante o Fórum Social Mundial. A primeira iniciativa de política pública no âmbito federal, voltada para o fomento, estudo e divulgação da economia solidária no Brasil foi à criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003, que tinha como objetivo estabelecer uma política que assegure a sustentabilidade e articulação dos empreendimentos no país. O governo criou ainda Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES, em 2004, que é um sistema que identifica e registra as informações sobre a economia solidária no Brasil. Todavia, as políticas públicas de apoio à economia solidária já alcançaram as três esferas governamentais no Brasil. Esses programas, em geral, centrados em ações concretas e efetivas, visam não somente o combate ao desemprego, mas também o desenvolvimento econômico e social das comunidades envolvidas.

Além do apoio governamental os empreendimentos sociais contam com o apoio de várias instituições como: Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), organizações não governamentais (ONG), prefeituras municipais entre outras voltadas à elaboração e execução de novas estratégias. Essas são instituições que internalizam uma preocupação com a solidariedade e propõem serviços de proximidade com a finalidade de promover a transformação social. Ademais, essas instituições podem oferecer aos empreendimentos um acompanhamento duradouro para enfrentarem suas dificuldades, principalmente na área administrativa e de gestão (SILVA, 2009).

Conclusão

Diante da importância de empreendimentos sociais solidários, principalmente como uma alternativa para solucionar o problema do desemprego e gerar renda para as famílias, obtém grande relevância a difusão da economia solidária, tanto nacional como em nível mundial. Nesse cenário, o papel e as ações das políticas públicas são primordiais para a sobrevivência e desenvolvimentos dos empreendimentos dessa natureza.

O incentivo a economia solidária é viabilizado através de fóruns, a exemplo do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), secretarias e apoio e superintendências, além de ministérios, no âmbito federal e instituições, com desenvolvimento de programas que integram a proposta de economia solidária. Importante destacar que essas programas são pautados no princípio da solidariedade e tem o indivíduo como o objetivo da ação e não o lucro.

Referências

- SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: P. Abramo. 1999
- SILVA, S. P. Economia solidária e políticas públicas de desenvolvimento local: uma análise de dois programas de gestão pública no Brasil. Perspectivas em Políticas Públicas. Belo Horizonte - Vol. II. Nº 3 - p. (45-67). 2009. Disponível em: <<http://www.uemg.br/openjournal/index.php/revistappp/article/viewFile/965/687>>
- PINHEIRO, D. C. Economia Solidária: Uma Revisão Teórica a Partir dos Seus “Múltiplos” Conceitos. Revista NAU Social - v.3, n.5, p. (85-105) 2012. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/_index106.pdf>

Agradecimentos

Fundamentalmente gostaria de agradecer à FAPEMIG, pelo apoio a minha bolsa de iniciação científica. Gostaria de agradecer também a equipe da pesquisa “A economia social face ao trabalho e ao emprego – Modos de construção e processos de produção”, que muito contribuíram com os meus conhecimentos.